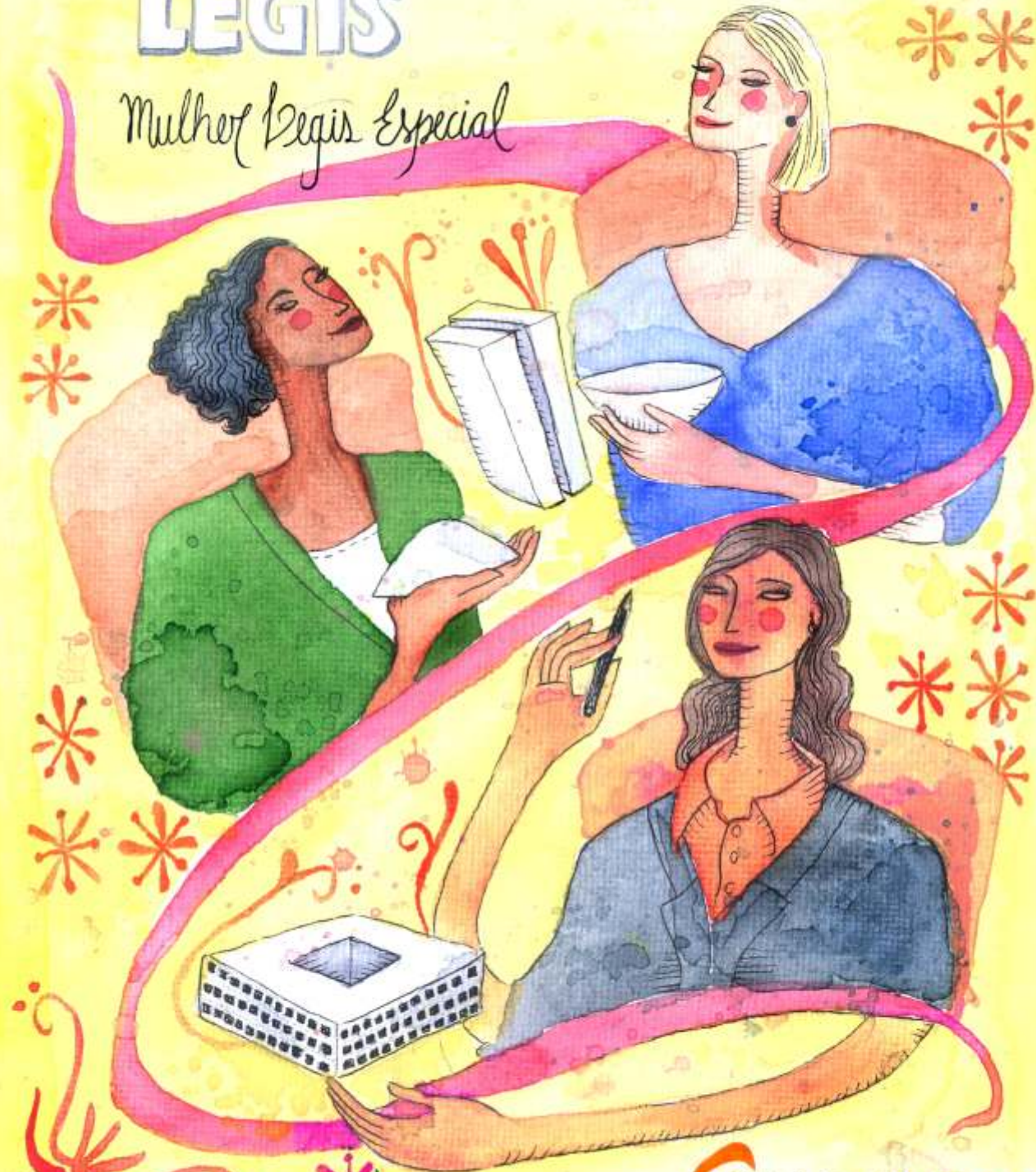


Impresso Especial
9912178577-DR/BSB
Sindilegis

...CORREIOS...

LEGIS

Mulher Legis Especial




SINDILEGIS



SINDILEGIS

“Como estar em forma antes do verão ‘secando’ cinco quilos em uma semana?”; “Atraia o homem que deseja”; “Últimas tendências *fashion*”; ... É por esses caminhos transita o universo feminino traduzido por diversas revistas, hoje, expostas em bancas de jornais, livrarias e até seduzindo as consumidoras nas prateleiras dos caixas de supermercado. Não vá dizer que você jamais foi fisgada por alguma celebridade, em uma capa superproduzida, e pagando pela edição só para ver mais um pouquinho. Não se culpe. Essa estratégia das editoras e dos próprios estabelecimentos comerciais é infalível.

Por falar em revistas e universo feminino, o Especial Legis Mulheres 2011 irá passear por esse mundo tão diverso e ao mesmo tempo cheio de nuances comuns, cheio de vaidades, curiosidades, perguntas, medos, ansiedades e, ainda, demonstrar a força das mulheres ao lutar e chegar ao poder, comandando desde a sua própria casa até o país inteiro. Sim, elas podem.

Começamos pela sugestão da leitura do livro escrito pela professora e doutora da Universidade Cásper Líbero de São Paulo, Dulcília Buitoni, “Mulher de papel”, o qual traça as várias representações femininas ao longo dos dois últimos séculos. Editado pela primeira vez em 2001, o livro passou por adaptações em 2009, para garantir a fidelidade do espírito delas que também evolui a cada década. A obra inclui a relação entre o papel da imprensa na difusão da imagem da mulher e a formação de sua própria consciência a partir daquilo que ela mesma influi.

Nesse ciclo, que inicia desde a mocinha casadoira até a executiva liberal, a vida às voltas ao consumo e à construção da imagem da mulher no novo século, a leitura de Buitoni (2009) reflete os perfis das mulheres que compõem o cenário das trabalhadoras de qualquer lugar do país.

Agora, mais influente no meio político, a mulher de hoje também tempera as leis, borda a sua marca como gestora e costura sua vida profissional com a pessoal.

Tenha uma boa leitura!

Publicação Especial do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União. Edição: Adá Suene. Reportagem: Adá Suene, Aline Dias Paz Rogers, Edyana Mascarenhas, Tiara Rubim. Projeto gráfico e diagramação: Juliana Duarte Costa. Capa e ilustrações: Luda Lima. Revisão de textos: Ronaldo Farias. Tiragem: 12 mil exemplares.

Endereço: SAS Qd 6 Bl K Ed. Belvedere, 7º andar. CEP.: 70070-915. Brasília/DF. Telefone: (61) 3214-7300
E-mail: sindilegis@sindilegis.org.br. Portal: www.sindilegis.org.br.

Triênio - 2010/2013
Diretoria Executiva

Nilton Rodrigues da Paixão Júnior
Presidente
Valéria Rodrigues Motta
1º Vice-presidente
Lucieni Pereira da Silva
2º Vice-presidente
Hamilton Costa de Almeida (Pardal)
Secretário-geral
José Carlos de Matos
Diretor Jurídico
Jerônimo Mariz Medeiros
Diretor Financeiro
José Dantas Pimentel
Diretor Financeiro-Adjunto
Edimar Teixeira da Silva
Diretor Administrativo
Maria Elisa Siqueira de Oliveira
Diretora de Aposentados e Pensionistas
Márcio Hudson de A. Figueiredo
Diretor de Comunicação Social
Aníbal Moreira Júnior
Diretor de Relações Institucionais
Henrique Moraes Ziller
Diretor Social
Francisco Chagas P. Silva (Boró)
Diretor Cultural
Demeral de Lima e Souza
Diretor de Meio Ambiente
Giovana Dal Bianco Perlin
Diretora de Igualdade de Gênero
Simone Maria Barbosa Ferreira
Diretora de Órgãos Regionais
Alison Aparecido Martins de Souza
Diretor Esportivo
Ângelo Bôsko Machado de Andrade
Diretor de Servidores Comissionados

Suplentes da Diretoria Executiva
Antônio Gois Cella, Eder Rodrigues da Silva, Erivan Carlos de Carvalho e Tiago Merheb Gonçalves Andrade

Membros Efetivos do Conselho Fiscal
Marinalvo Gomes de Araújo, Conrado Wargas Neto, Isabel Cristina Reis Sousa, Wederson Osmar Moreira e Wellington P. de Oliveira

Suplentes do Conselho Fiscal
Nazareno Caetano Vasconcelos, Amado Marques da Costa Junior, Olavo de Souza Ribeiro Filho, Heloisa Lustosa de Oliveira e Luiz Antonio Souza da Eira.

UMA MULHER NA PRESIDÊNCIA: SUPERADAS AS DESIGUALDADES?

Por Giovana Perlin,
Diretora de Igualdade de Gênero



Tenho ouvido questionamentos frequentes, tanto por parte de mulheres quanto de homens, sobre a real necessidade de se comemorar o Dia Internacional da Mulher. As mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, possuem direitos que protegem a maternidade, possuem uma lei específica para combater e punir a violência e, agora, o Brasil tem o que muitos consideram um marco maior: uma mulher presidindo o país. Seria esse rol um indicador do alcance da igualdade de gênero? Infelizmente, a resposta é negativa. Ao contrário do que prega o senso comum, estamos muito longe do alcance da igualdade de gênero.

Um dado importante fornecido pelo *World Economic Forum*, em seu *Global Gender Gap Report*, de 2010, deixou estudiosos alerta: o Brasil vem decaindo nos últimos dois anos em termos de equidade de gênero. O movimento negativo rumo à igualdade se deu tanto em termos da comparação com o desempenho em anos passados como quando comparado a outros países.

De sexóloga a senadora

Por Edyana Mascarenhas



Na década de 1980, ela apresentou um dos programas de maior audiência da televisão brasileira: o TV Mulher. Ao lado de nomes como Clodovil Hernandes e Marília Gabriela, Marta Suplicy rompeu tabus ao falar de temas polêmicos, como a liberdade sexual feminina. Marta também escreveu artigos para os principais jornais e revistas do país e publicou nove livros. O reconhecimento público foi facilitador nas disputas eleitorais. Foi deputada federal, prefeita de São Paulo, ministra do Turismo e, com mais de 8 milhões de votos, eleita senadora (PT-SP) nas últimas eleições. No dia 1º de fevereiro, após tomar posse do cargo, foi empossada a primeira vice-presidente da Casa – cargo nunca antes ocupado por uma mulher.

Foto: Tiara Rubim



Psicologia e Política

Marta pondera que a psicanálise não é a melhor aliada da política. “Lembro-me de uma situação, logo que eleita deputada federal. Em uma reunião da bancada, os colegas debatiam e votavam. Então pedia a palavra. Quando levantei, ponderei, ponderei e depois sentei. Uma colega disse: 'Marta, aqui não é consultório! Você não pode só ponderar, você tem de escolher um lado'. Eu percebi que realmente não dá para fazer política só com ponderações e psicologia”, recorda.

Trajetória

Filha de um industrial e uma dona de casa, Marta Teresa Smith de Vasconcelos nasceu na capital paulista em 1945 e é a mais velha das quatro irmãs. Suplicy foi o sobrenome adotado após seu casamento com o ainda senador Eduardo Suplicy. É formada em psicologia, pós-graduada pela Universidade de Stanford e mestre pela Universidade de Michigan. “Pautei minha vida em ser o oposto do que foi minha mãe, que era dona de casa. As pessoas não se tornam o que são no abstrato, elas tem uma vivência”, explica.

TV Mulher

O programa feminino, exibido entre os anos de 1980 e 1986, era apresentado por Marília Gabriela, Ney Gonçalves Dias, Marta Suplicy e Clodovil Hernandes. Na época, Marta Suplicy falava como sexóloga e, por isso, foi criticada por muitos porque dizia, com muita naturalidade, e repetidas vezes, a palavra vagina na TV. “Aquela experiência me ensinou e me ajudou muito. Além disso, o TV Mulher quebrou tabus e marcou uma geração. Imagine falar sobre sexualidade feminina na televisão há 30 anos”, destaca.

Prefeita

Marta conta que recebeu a prefeitura de São Paulo endividada e aponta como destaque de sua gestão a redução das dívidas, a evolução no sistema de transporte público e a criação dos Centros Educacionais Unificados (Ceus). “Eu recebi a prefeitura numa situação desesperadora, principalmente no que se referia a transporte público. Éramos reféns de uma verdadeira máfia do trânsito”, relembra. Marta sofreu, inclusive, ameaça de morte, passando a usar colete a prova de balas.

“Criamos os corredores exclusivos para ônibus, renovamos a frota e instituímos o bilhete com o qual é possível fazer ilimitadas viagens pagando uma única passagem. Os Ceus foram outra vitória, já que criamos Centros em áreas carentes, para oferecer atividades extracurriculares e opções para integrar a 3ª idade” destaca.

Futuro

Sobre planos e projetos para o futuro, a senadora diz tê-los, apenas pôr em prática o prometido em campanha, na gestão. Marta se considera abençoada quando reflete sobre sua trajetória. “Não dá para antecipar nenhum projeto para daqui 4 ou 8 anos, a não ser colocar em prática minhas obrigações políticas. Eu já tive uma vida muito rica. Só tenho que agradecer a Deus todos os dias”, conclui.

“Uma vitória histórica para todas as mulheres”

Na presidência da Câmara dos Deputados, pela primeira vez uma mulher assume um dos maiores cargos. A deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) tornou-se a 1ª vice-presidente da Câmara, em um momento histórico para as mulheres brasileiras, quando, além de o Senado Federal também contar com a primeira-vice, a senadora Marta Suplicy (PT-SP), o Brasil agora é administrado por Dilma Rousseff.

Professora e jornalista, Rose de Freitas, 62 anos, começou sua carreira política como deputada estadual pelo PMDB, em 1983. Quatro anos depois, foi eleita deputada constituinte e, naquele ano, inicia o seu sexto mandato na Câmara.

Em 1988, a parlamentar ajudou a fundar o PSDB, onde permaneceu até 2003, quando voltou ao seu primeiro partido. Na Câmara, Rose de Freitas foi vice-líder do PSDB de 1988 a 2001 e em 2003. Nos dois anos seguintes, assumiu a vice-liderança do PMDB.



Foto: Aline Paz Rogers



Já atuou como titular de diversas comissões como a de Defesa do Consumidor e a de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Participou, ainda, de comissões parlamentares de inquérito, inclusive a CPMI da Terra, em 2005, e a CPI do Sistema Carcerário, em 2008. Além disso, integrou comissões especiais para analisar propostas de emendas à Constituição (PECs).

Nesta gestão ela avisa que pretende passar longe das polêmicas na Câmara. Com perfil conciliador, a deputada afirma ser exigente consigo mesma, mas não se considera durona nem mesmo ambiciosa. “Sou confiante para seguir adiante. Não sou ambiciosa nem má”, assim se define.

Ela garante ser apaziguadora e conta que quando as “brigas estão muito acirradas” elas vão parar em seu gabinete, onde são prontamente resolvidas com base na paciência. “O que faz com que uma pessoa seja dura é porque ela não consegue se flexibilizar diante de fatos que exigem de você certa sensibilidade”, pondera.

Rose deve permanecer no cargo até 2013, quando ocorre uma nova eleição para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Já Marta Suplicy deve deixar a vice-presidência do Senado em 2012, quando será substituída por Pimentel, pois o PT optou por fazer um rodízio na função.

Fontes: Agência Câmara e Portal R7

Na Diretoria Geral do Senado, ela também é a primeira

Por Ada Suene

O Senado Federal encarou o pioneirismo tão esperado pelas mulheres. À frente do mais importante cargo administrativo da Casa, a servidora Dóris de Marize Peixoto assumiu, em 10 de fevereiro, a Diretoria-Geral do Senado. A alagoana com mais de 27 anos de exercício no órgão ocupou vários cargos de chefia ao longo de sua jornada. O último foi o de Diretora de Recursos Humanos.

Na sala, antes ocupada pelo servidor Haroldo Tajra, atual diretor do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB), os toques femininos são visíveis. Com flores na decoração, quadros com traços mais delicados, além de uma imagem de Nossa Senhora sobre uma arca, Dóris evidencia a humanização de sua postura mesmo diante da dura tarefa de gerenciar o "gigantismo" do Senado, com inúmeros desafios a serem rompidos.

"Estou feliz e orgulhosa como qualquer outra servidora do Senado que seguiu sua carreira, passo a passo. Isso significa que o caminho é alcançável para todas", considera.

Dóris é formada em administração de empresas pela Universidade de Brasília. Mas, segundo ela, todo arcabouço de seus conhecimentos foi, de fato, alcançado pela experiência que ganhou através dos anos, com o seu trabalho no Senado. "Sem dúvida, há um sentido de responsabilidade ainda maior, sempre crescente em minha vida. Mas ao mesmo tempo, sinto-me preparada para exercer o cargo. Apesar da rotina mais árdua, sei dos desdobramentos desse desafio", relata.

Apesar de não se considerar vaidosa, Dóris não dispensa uma maquiagem leve e roupas com cortes naturalmente elegantes. "Preocupo-me muito com o trabalho, mas há sempre uma boa alma para me lembrar: 'Dóris, vá passar um batonzinho'. É mais agradável passar às pessoas uma boa impressão e não descuidar da aparência. Não custa policiar um pouquinho o visual", comenta, sob risos.



Foto: Tiara Rubim

Casada há 35 anos, Dóris conta que em casa a família já se acostumou ao seu dia a dia. "Como os tempos mudaram, não é? Chega a ser engraçado eu ligar para meu marido e dizer que chegarei mais tarde", diverte-se com a comparação.

Mesmo conhecendo o papel da mulher no lar, Dóris lembra que o país passa por uma nova fase da ascensão feminina. "A presidente Dilma é um ótimo parâmetro para observarmos nossa evolução. É um momento novo. Porém, gostaria que muito além de uma questão de gênero, fossemos todos vistos como cidadãs e cidadãos. Somos simplesmente seres humanos, com ideias, perspectivas, prontos para a construção de uma democracia plena. Para isso, lutarei para não envergonhar as mulheres, buscarei boas referências para também ser um bom exemplo a ser seguido".

Célia Ladeira, jornalista aposentada do Senado, conta como foi trabalhar na Casa em momentos decisivos da política nacional

Por Aline Paz Rogers



Foto: Portal UnB



Jornalismo tem sido o centro gravitacional da vida de Célia Ladeira, servidora aposentada do Senado Federal. Como profissional da área, foi repórter de jornal e editora de TV. Também dedicou-se ao ensino universitário e é pesquisadora da disciplina. Além disso, é casada com um jornalista e os três filhos seguiram a vocação dos pais. A carioca radicada em Brasília tem histórias fantásticas para contar, exemplos claros de quem testemunhou as transformações da vida política do país de dentro do Congresso Nacional. Primeiro, com o olhar externo. Depois, com a preocupação institucional.

No início dos anos 70, Célia formou-se em jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro e logo foi trabalhar no Jornal do Brasil. “A experiência no JB me marcou muito. Só tinha gênio! A escritora Marina Colassanti, por exemplo, era a editora do caderno em que eu estagiava. Fui bastante exigida em termos de criatividade e isso acabou me marcando profissionalmente. Até hoje, quando tenho que escrever qualquer texto, busco sempre o lado mais criativo e menos formal de se ver as coisas.

Em 1974, a carioca veio para Brasília e começou a cobrir o Senado para o jornal. A criatividade das páginas culturais também foi marca de seus textos políticos. “Os debates que aconteciam no Plenário eram muito interessantes, bem articulados. Lembro-me do senador Paulo Brossard dizendo que ‘os salões não sabem o que os porões sabem’”.

Célia conta que nessa época de ditadura teve uma desavença com o então senador Jarbas Passarinho. “Nós havíamos tido uma conversa sobre o papel das forças paramilitares, publiquei a matéria antes do discurso dele e o parlamentar pediu a minha demissão. Fiquei extremamente honrada, pois o JB disse ao parlamentar que jamais me demitiria. Com isso, minhas credenciais foram retiradas e eu não podia cobrir política. Comecei a escrever para outras áreas, como saúde.

Nesse período é que a jornalista foi convidada para ser editora na TV Globo e voltou para o Rio de Janeiro em 1976. Ela foi editora do Jornal Nacional, Jornal da Globo e editora-chefe do Jornal Hoje. Ela também participou da instalação da TV Manchete.

Em 1987, decide deixar o trabalho na TV Globo e se dedicar à vida acadêmica. Mas, uma nova oportunidade surge. “Já estava com o pé na universidade quando aceitei o cargo de editora do Diário da Constituinte”. A tarefa não foi das mais fáceis, mas foi um exercício de democracia: o programa era transmitido diariamente em rede nacional, no horário nobre, com um resumo do que havia sido debatido no dia. Ela conta que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, deu total liberdade de trabalho à equipe. “Era necessário dar voz às várias vozes que nem sempre entendiam isso. Num dia, éramos acusados de comunistas; no outro, de centrão”.

Célia acredita que o grande legado deixado pelo Diário da Constituinte foi mostrar ao Legislativo a importância de ter um espaço próprio de comunicação, não ficando à mercê da cobertura viciada da grande imprensa. “O Congresso Nacional é o grande telhado de vidro do país. Claro que os meios de comunicação precisam investigar, apontar o que está errado. Mas grandes acontecimentos passam batido e é nos veículos das Casas que encontram eco”. E foi justamente esse legado deixado pela Constituinte que levou o Senado a realizar o primeiro concurso para jornalistas em 1989. Célia fez parte do primeiro grupo a ser chamado. Nascia aí o embrião da TV Senado. No início, era apenas um noticiário institucional, transmitido em pontos da Casa. O equipamento era alugado da UnB.

Na vida acadêmica, o amor pelo jornalismo e pelas palavras não foi diferente. Mestrado na UnB e parte do Doutorado na Inglaterra, Célia estudou análise crítica do discurso. Hoje, aposentada, continua como pesquisadora associada da UnB e prepara um livro de jornalismo. O que mais marcou a vida dessa profissional polivalente: a época de jornalista de jornal e TV, do Senado ou das salas de aula? Ela responde, com a voz doce e tranquila de sempre: “o jornalismo”.

Mara Gabriilli fala sobre acessibilidade

POr Aline Paz Rogers e Tiara Rubim



Foto: Ag Câmara Diógenis Santos

A cadeira de rodas torna-se apenas um detalhe na rotina agitada da deputada federal Mara Gabriilli (PSDB-SP). Atualmente, ela se divide entre os deveres parlamentares em Brasília e a Fundação que leva seu nome em São Paulo que, entre outras ações, fomenta a pesquisa científica e desenvolve projetos com crianças deficientes em favelas da cidade. Desde o acidente que a deixou tetraplégica, há 16 anos, a parlamentar, que também é psicóloga e publicitária, vem se dedicando à causa das pessoas com deficiência.

Ex-vereadora de São Paulo e primeira secretária da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida do município, ela chega a Brasília para seu primeiro mandato na Câmara com uma missão difícil: tornar o Brasil um país mais acessível.

Legis: A Câmara modificou a estrutura do Plenário para adaptar um elevador de acesso à Tribuna, graças a um pedido seu. Entretanto, não é a primeira vez que a Casa tem parlamentares cadeirantes. Por que só agora?

Dep. Mara Gabriilli: Logo que fui eleita, vim já sabendo que esse seria meu primeiro trabalho, antes mesmo da posse. A Casa já tinha um projeto previsto para 2012. Bati o pé. Ora, colocar um elevador é coisa rápida! Como eu iria trabalhar em uma Casa incoerente, que não cumpre a lei que aprova? O próximo passo é o acesso à Mesa Diretora. Somos três parlamentares cadeirantes hoje. O melhor disso tudo é que as pessoas com deficiência veem que é o meio que tem que se adaptar às pessoas. Com ferramentas e recursos, você faz.

L: O Plenário do Senado também não é acessível...

MG: Na Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência do Senado, uma cadeirante convidada não pôde compor a mesa. A mudança é urgente. O Senado tem que "fazer" acessibilidade. Acredito que muitas pessoas com deficiência vão começar a ocupar cargos inéditos. Sou a primeira tetraplégica a chegar até aqui, e talvez outras pessoas com uma lesão igual a minha não tenham conseguido por razões de saúde, transporte, educação, porque não têm uma cadeira de rodas. Entendo muito bem que os prédios públicos não foram planejados com essa preocupação. E, culturalmente, não pensamos na nossa velhice, que podemos ter os movimentos reduzidos. O próprio Niemeyer não consegue visitar as suas obras. Há menos de trinta anos, as pessoas com lesões iguais à minha morriam. Contudo, a partir do momento em que eu me deparei com essa situação, tive que começar a agir.

L: Como a senhora lida com a questão da autonomia? Como seria a sua vida sem a tecnologia?

MG: Se acabar a luz, estou arrasada (risos)! Quase tudo que eu faço é ligado na tomada, desde meus exercícios diários de trabalho muscular, até a tecnologia da informação essencial para meu trabalho. O mais difícil foi aprender a pedir aos outros fazerem as coisas por mim. Demorou um tempo, mas eu redimensionei as coisas. Hoje eu me sinto com total autonomia, desde que uma das minhas assistentes esteja ao meu lado. Eu não fico lembrando que sou tetraplégica. Mas imagina quem não consegue sair da cama... Essa é a razão pela qual eu trabalho. Eu sei que se você tem todas as necessidades satisfeitas, a deficiência vai diminuindo dia a dia.

L: Qual a principal barreira encontrada na vida política?

MG: A falta de informação. Quando cheguei à prefeitura de São Paulo, eu era um ET. Perguntavam a minha secretária se eu só comia sopinha, por exemplo. As pessoas não sabiam como agir e se sentiam constrangidas e eu gosto de deixar as pessoas à vontade. Algo cotidiano é estenderem a mão para mim. Eu sempre brinco dizendo que só dou beijo.

L: Por que ser deputada federal?

MG: Eu nunca sonhei em ser deputada federal, da mesma forma que não pensava em ser vereadora. Imagina! Foi uma decisão que eu tomei quando cheguei à conclusão de que se eu quisesse fazer as modificações que eu queria, precisaria estar aqui, porque sempre esbarrava na legislação federal. E... poxa! Queria estender aos municípios do Brasil pelo menos um pouco do que foi feito em São Paulo. Hoje eu tenho a certeza absoluta de que foi a escolha certa. Eu me sinto super-honrada por conseguir representar pessoas que precisam de uma voz dentro do Legislativo. O que eu sempre procuro é um lugar onde possa exercer essa voz, atuar e produzir. Mas eu não me vejo política para sempre.

Nova procuradora quer fortalecer Lei Maria da Penha

POr Ada Suene



Foto: Tiara Rubim

A deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) se destaca da bancada feminina da Câmara, sendo eleita, no dia 15 de março, para estar à frente da Procuradoria Especial da Mulher. A posse da parlamentar aconteceu no dia 22 e contou com a presença de várias companheiras congressistas e também da diretora de Igualdade de Gênero do Sindilegis, Giovana Perlin.

Elcione Barbalho, em seu discurso, comprometeu-se a trabalhar lado a lado com o Ministério Público e com o Poder Judiciário para fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha

(11.340/06). A lei que regulamenta punições em caso de violências contra a mulher, em quatro anos de existência, foi utilizada em mais de 110 mil casos no Brasil. “A violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e a primeira manifestação de desigualdade entre gêneros”, afirmou Elcione.

A nova procuradora disse que também irá atuar em conjunto com “movimentos históricos” de defesa dos direitos das mulheres e com as assembleias legislativas. De acordo com a deputada, “uma das maiores formas de discriminação e desigualdade entre homens e mulheres está na ocupação de posições de poder”.

Também presente na solenidade, a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Iriny Lopes, destacou que a criação da procuradoria, em 2009, representou uma conquista da bancada feminina. “Nada vem de graça, e a procuradoria foi fruto da organização, da persistência, da forma aguerrida como as mulheres se colocam”, disse a ministra, que se licenciou do mandato de deputada federal para assumir o cargo no Executivo, no início deste ano.

As deputadas Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), Flávia Morais (PDT-GO) e Sandra Rosado (PSB-RN) também foram empossadas como primeira, segunda e terceira-adjuntas, respectivamente.

A diretora do Sindilegis, Giovana Perlin, acompanhou a solenidade em apoio ao movimento feminino que se consolida dentro das Casas Legislativas. “Este é um momento com grande significado para a mulher brasileira. Estamos na Casa onde as leis são elaboradas, é aqui que elas podem começar a se sentir mais bem protegidas”, afirmou.

Maioria no país, elas são a minoria no poder

POr Ada Suene

Elas buscam a igualdade de direitos e se desdobram em suas rotinas tradicionalmente divididas entre as tarefas domésticas e o trabalho fora. As mulheres dominam certas profissões há muitas décadas, como professoras de jardim de infância, biblioteconomistas, pedagogas, taquígrafas ou empregadas domésticas. Não há como negar as estatísticas. Cargos como esses têm menos de 10% de participação masculina de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (Dieese).

O reflexo dessa estatística pode ser visto no número de profissionais da taquígrafia e biblioteconomia nas três Casas. “De 60 profissionais taquígrafos da Câmara, somos apenas quatro homens. Acho que a mulher é mais habilidosa em algumas áreas que demanda, por exemplo, coordenação motora fina mais aguçada. Já viu letra de homem bonita?”, brinca o taquígrafo Clóvis Lacerda Santos.

Ao seguir esse rastro de quase exclusivismo, vemos que as diferenças entre mulheres e homens continuam. Além disso, vale ressaltar as restrições nas negociações coletivas de trabalho como um obstáculo para a conquista igualitária entre os gêneros. Conforme o Dieese, desde 1996, das cerca de 88 negociações de trabalho efetivadas no período, destacam-se em média cinco cláusulas relativas às mulheres. Entre elas a maioria está relacionada à maternidade, como o direito à licença de seis meses após o parto – recentemente adquirida, a estabilidade durante o período gestacional e abonos para os exames pré-natal. Os futuros papais ainda não foram então contemplados.

Papel de pai e de mãe
Em 2009, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou a ampliação da licença-paternidade em situações especiais, como no caso de morte ou doença da mãe no pós-parto, ou de adoção sendo o pai o escolhido para cuidar da criança. O projeto estabelecia para outras situações em que o empregado responsável por filho com até três anos e deficiente ou com doença que necessite de tratamento continuado teria direito de se ausentar do trabalho por até dez horas semanais, a serem compensadas futuramente. Contudo, na época, o governo enviou parecer ao Senado mostrando-se contrário.

Mas a discussão não foi esvaziada. Novamente em votação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), uma parte foi rejeitada e outra, aprovada. Foram rejeitados dois projetos: um que fixava em 30 dias consecutivos o prazo da licença-paternidade, com validade também para o pai adotante e outro que instituía a licença-adoção, estendendo a licença-maternidade da trabalhadora adotante, prevista na CLT, para o trabalhador do sexo masculino que viesse a adotar, assim como concedia o salário-adoção entre os benefícios da Previdência Social.

Como resultado, em 2010, um projeto de lei conseguiu ampliar de cinco para quinze dias consecutivos a licença-paternidade, seja ao pai biológico, seja ao pai adotivo, independentemente da idade do adotado. Garante, ainda, ao pai estabilidade de 30 dias no emprego após o término da licença-paternidade. O tema tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Saias no poder

Outro importante fenômeno é a ascendência profissional feminina por meio dos estudos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que os números relativos a elas crescem quando se fala de graduação superior e *status* no mercado de trabalho nas áreas de empreendimento e de serviços. Em áreas urbanas, a média de anos de estudo das mulheres é de 9,2 e 8,2 dos homens. Mesmo assim, elas ainda são maioria no total de desempregados, 14,7%. Entre os homens, a porcentagem é de 9,5%.

O cenário entre os servidores civis ativos do governo federal ainda é majoritariamente masculino. Das 578 mil, apenas 45% das funções públicas são ocupadas por mulheres, contradizendo até mesmo o quantitativo da população feminina no país que é superior a 51%. Em posições estratégicas, relativos aos quase 22 mil cargos de direção do Poder Executivo, por exemplo, as mulheres são 46%, com menor remuneração e poder de decisão, mas apenas 23% em posições no alto escalão da pirâmide salarial, conforme recente publicação do jornal O Estado de S. Paulo.

Mesmo mais preparadas, segundo o próprio órgão do governo, ainda são minoria nos cargos públicos, principalmente quando relacionados à gestão. “Mas quando se fala em remuneração média, revela-se um ponto de desvantagem para elas. As mulheres ganham entre 63% e 73% do valor total do salário dos homens”, ressalta a diretora de Igualdade de Gênero, Giovana Perlin.

Por Aline Paz Rogers

AS LEIS QUE NOS PROTEGEM

A legislação em defesa da mulher avançou a passos largos no Brasil no último século. Se pensarmos que até 1932 não existia previsão legal de voto feminino – e olha que o Brasil foi um dos pioneiros –, ver mulheres ocupando a presidência da República e cadeiras no parlamento dá a dimensão da evolução.

A Constituição de 1988 estabeleceu parâmetros para o respeito à mulher. A começar pelo famoso artigo 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais. De acordo com texto “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Entretanto, essa igualdade não é absoluta, não acontece na prática, seja frente ao mercado ou às atitudes sociais.

Em poucas linhas, é impossível esgotar tema tão complexo. Por isso, a ideia é apresentar alguns destaques da Constituição e de leis de âmbito federal que expandiram os horizontes femininos na sociedade brasileira e ajudam a proteger o sexo que, na verdade, de frágil nada tem.



Código civil

Uma das áreas em que a legislação relativa à mulher mais avançou foram os direitos civis. Imagine que até 2003, ano em que foi editado o novo Código Civil, o marido poderia solicitar a anulação do casamento se descobrisse que a mulher não era virgem, logo após a celebração do matrimônio. Outra norma derrubada permitia aos pais de se utilizarem da “desonestidade da filha que vive na casa paterna” como motivo para deserdá-la.

O pátrio poder - o poder do pai sobre o filho – deixou de existir. O que vige agora é o “poder familiar”, que é exercido igualmente entre pai e mãe. Dessa forma, o homem deixa de ser o “chefe da família” e a casa deve ser dirigida pelo casal de forma igualitária.

Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha foi um marco na legislação de proteção à mulher (11.340/2006). Aprovada há cinco anos, tornou mais severa e efetiva a punição a quem agride mulheres. O nome é em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, brasileira que sobreviveu a duas tentativas de homicídio por parte do ex-marido.

Desde então, agressores podem ser presos em flagrante e as penas pecuniárias foram extintas. Hoje, nada de cesta básica como punição à violência contra a mulher. Além disso, a lei triplicou a pena para agressões domésticas. Outra mudança bastante comemorada foi a série de medidas previstas para proteger a mulher agredida, inclusive com a determinação da saída do agressor de casa.

Revista íntima

A legislação também tem evoluído no sentido de respeitar a privacidade da mulher. A Câmara, por exemplo, acabou de aprovar o PL 589/2007 que proíbe a revista íntima de mulheres nas empresas privadas e nos órgãos e entidades da administração pública. Nas unidades prisionais, a revista deve ser feita por agente do sexo feminino. A matéria seguiu para o Senado.

“Muitas trabalhadoras são constrangidas a se submeterem diariamente à prática da revista íntima ao fim da jornada de trabalho”, afirma a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), autora do projeto.

E no TCU? Onde elas estão?

Por Ada Suene

Hoje, compõem o quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União 2.332 servidores, entre auditores, técnicos, auxiliares e ministros. Mas há uma peculiaridade que ainda contorna a história da Corte de Contas desde a sua fundação, em 1890: a parcimoniosa participação de mulheres como gestoras.

Na verdade, o termo “parcimonioso” é um eufemismo, afinal entre os 96 ministros que já passaram pelo TCU ou ainda estão nos cargos, apenas uma mulher, Élvia Lordello Castello Branco, alcançou uma das cadeiras do Tribunal, ocupando-a entre 1987 e 1995.

A baiana de São Félix, nascida em 13 de dezembro de 1926, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Fez vários cursos e passou por atividades diversas antes de sua nomeação como ministra do TCU. Entre elas, algumas bastante peculiares, como a de gerente da Base Aérea do Recife e de colaboradora do Diário Carioca, lugar onde conheceu seu futuro marido, o jornalista Carlos Castello Branco.

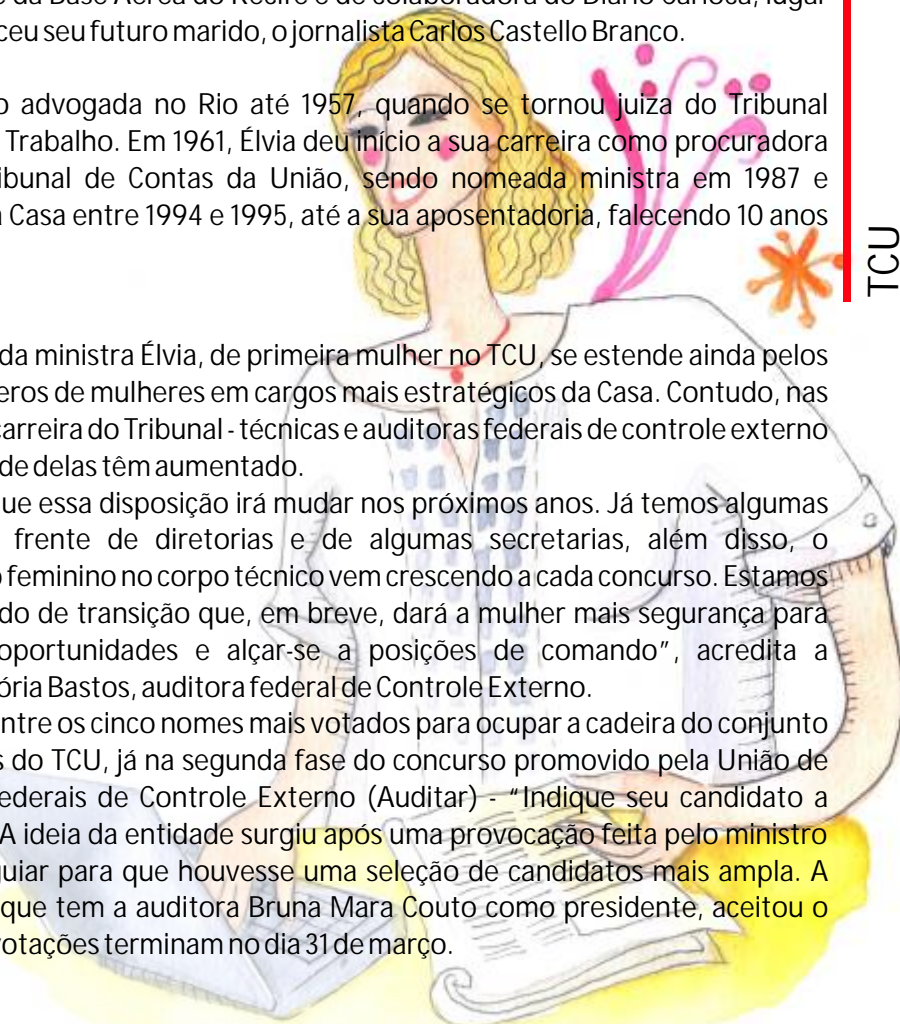
Atuou como advogada no Rio até 1957, quando se tornou juíza do Tribunal Regional do Trabalho. Em 1961, Élvia deu início a sua carreira como procuradora junto ao Tribunal de Contas da União, sendo nomeada ministra em 1987 e presidindo a Casa entre 1994 e 1995, até a sua aposentadoria, falecendo 10 anos depois.

Mudança

O emblema da ministra Élvia, de primeira mulher no TCU, se estende ainda pelos parcos números de mulheres em cargos mais estratégicos da Casa. Contudo, nas funções de carreira do Tribunal - técnicas e auditoras federais de controle externo -, a quantidade delas têm aumentado.

“Acredito que essa disposição irá mudar nos próximos anos. Já temos algumas mulheres à frente de diretorias e de algumas secretarias, além disso, o quantitativo feminino no corpo técnico vem crescendo a cada concurso. Estamos em um estado de transição que, em breve, dará a mulher mais segurança para aproveitar oportunidades e alçar-se a posições de comando”, acredita a servidora Glória Bastos, auditora federal de Controle Externo.

Glória está entre os cinco nomes mais votados para ocupar a cadeira do conjunto de ministros do TCU, já na segunda fase do concurso promovido pela União de Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) - “Indique seu candidato a ministro!”. A ideia da entidade surgiu após uma provocação feita pelo ministro Ubiratan Aguiar para que houvesse uma seleção de candidatos mais ampla. A associação, que tem a auditora Bruna Mara Couto como presidente, aceitou o desafio. As votações terminam no dia 31 de março.



É fato ou mito?

Por Ada Suene

Pode ser sobre beleza, saúde, dietas, curiosidades, o universo feminino está sempre cercado de perguntas. A questão é como respondê-las, com responsabilidade, sabendo que muitos desses temas envolvem não apenas o bem-estar, como estão também associados à autoestima e às emoções mais densas da psique delas. O Legis conversou com dermatologistas, ginecologistas, além de fazer pesquisas junto a institutos para descobrir então alguns fatos e mitos. Confira.

Disfunção sexual é um problema apenas dos homens?

MITO: Preocupação eterna deles, a vida sexual também traz grandes ansiedades às mulheres independentemente da idade. Há uma multiplicidade de fatores que podem ser desde uma simples inibição - de origem comportamental ou cultural - até problemas patológicos. Segundo a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, as causas orgânicas são responsáveis por cerca de 20% a 40% das disfunções sexuais femininas; entre elas, 10% relacionadas à falta de desejo sexual; 60% à falta de excitação; e 10% a anorgasmia - ausência de orgasmos. Nesses casos, o conselho é que se busque um profissional, como um ginecologista, para tratamento e iniciar uma vida mais prazerosa.

Há algum benefício na menopausa?

FATO: Importante assunto de saúde pública e privada, principalmente após estudos que comprovaram o aumento da longevidade feminina após a menopausa - cerca de um terço de vida pela frente -, focalizar a menopausa implica uma visão de saúde preventiva. Apesar de controvérsias acerca dos benefícios ou malefícios da reposição hormonal das mulheres nesse período, especialistas nos Estados Unidos e também no Brasil já identificam o lado bom dessa fase da vida. Aí está a resposta: é uma fase da vida e é preciso aceitá-la. As mudanças no corpo e até mesmo no comportamento variam entre elas. Mas, segundo o professor do Departamento de Ginecologia da Unifesp, Ivaldo Silva, "não há motivo para desespero". Para ele, esse é o momento para se lucrar com os aspectos positivos, como aproveitar os bons momentos com leituras, os filhos já crescidos, netos, viagens. "Apegue-se à filosofia de que há muito a ser vivido ainda", aconselha.

As mulheres são mais suscetíveis ao câncer?

MITO: Mais estressadas, mais deprimidas, com rotinas duplas ou triplas, as mulheres são mais facilmente alcançadas pelo cansaço e pela baixa imunidade. Mesmo assim, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) constatou que, no Brasil, eles têm 77% a mais na probabilidade de desenvolver o câncer. As razões, de acordo com os oncologistas do Inca, são diversas. Entre elas, estão desde hábitos como o tabagismo, iniciados precocemente, por vezes, ainda na primeira infância, o que leva a carcinomas nas vias respiratórias, até a dificuldade na procura de ajuda médica para detectar o problema antes de seu agravamento o que eleva para 85% o caso de mortes masculinas devido ao

Bronzear-se ao sol, mesmo com moderação, pode acelerar o envelhecimento da pele?

FATO: "Tomar sol envelhece. É um processo cumulativo. Em 25 anos já ocorrem cerca de 70% dos danos que vão evoluir para rugas, manchas, flacidez e doenças". Isso é o que afirma a dermatologista Denise Steiner, pesquisadora da Universidade de São Paulo. E ela ainda vai mais longe: "O sol causa danos agudos e crônicos à pele. A radiação agride o DNA das células que vão ficando com defeitos acumulados que mais tarde podem se transformar em câncer de pele". A médica é taxativa ao dizer que os filtros solares amenizam a ação do sol. Então, além do protetor solar com fatores UVA e UVB, jamais dispensar nas férias os chapéus, óculos de sol, roupas leves, e aproveitar o sol da manhã, até as 10h e no final da tarde, após as 16h.

O hábito de usar tintura nos cabelos pode fazê-los cair?

MITO: A mistura química para tingir os cabelos é passada somente na haste do fio, não interferindo na raiz, de onde ele cresce. Entretanto, vale lembrar que o uso continuado de produtos químicos, mesmo a tintura, ou fórmulas mais fortes como para o relaxamento, pode causar a perda do brilho e da resistência das madeixas. Outro mito ainda bastante difundido é a crença que se cortar os cabelos em época de luas cheia ou crescente, eles irão crescer mais rápido. O que ocorre é que o corte nos cabelos não interfere no bulbo capilar, responsável pelo desenvolvimento do pelo, uma vez que os fios são feitos de células mortas.

A maquiagem diária pode ser uma aliada à saúde da pele?

FATO: A vaidade sempre gritando com espelho lembra a mulher de passar pelo menos aquele "batonzinho" antes de sair de casa. A ótima notícia é que ao usar produtos de qualidade e procedência conhecida, a maquiagem pode, sim, ser amiga da mulher. Especialistas aconselham que para que esse fenômeno da boa convivência aconteça, é preciso manter a pele limpa antes de fazer o *make up*. Hidratá-la é o próximo passo. Fazendo isso, manterá os poros fechados, o que segura os produtos por mais tempo, além de evitar manchas derivadas da exposição aos raios solares. Mas, um aviso importante: nunca dormir toda pintada e sempre utilizar demaquilantes sem álcool para não ressecar a pele.

É necessário dormir pelo menos oito horas por noite para manter a saúde?

MITO: Os bebês podem chegar a dormir até 18 horas por dia. Ah! Que inveja! Com o passar dos anos, a quantidade de sono diminui e entram outras atividades na área. Os adolescentes, por exemplo, podem precisar, em média, de 10 horas bem dormidas para não acordarem com aquele típico mau humor. Mas, e quanto aos adultos? Como o metabolismo das pessoas trabalha de forma diferente, existem aqueles que com poucas horas de sono já estão recarregados. Outros, por não atravessarem a zona chamada REM (*Rapid Eye Movement*) do sono, podem acreditar que passaram oito horas dormindo, mas não descansaram o suficiente. Cansaços frequentes podem ser originados por noites mal dormidas. O ideal é procurar um especialista para não desperdiçar boas noites de sono.

Pesquisas indicam “feminização” de doenças

Por Tiara Rubim



De acordo com os dados epidemiológicos do departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, do total verificado até junho de 2009, 49,4% são diagnosticados em meninas de 13 a 19 anos.

Segundo o documento, em 1989, a razão de sexo (numero de casos nos homens dividido pelo numero de casos nas mulheres) era de cerca de 6 casos em homens para cada infecção no sexo feminino. Em junho de 2009, esse índice chegou a 1,6.

Outro ponto importante destacado na pesquisa do Ministério da Saúde diz respeito ao uso do preservativo. Conforme os dados da Pesquisa de Comportamento, Atitudes e Práticas da População Brasileira, as meninas estão ficando mais descuidadas que os meninos.

Em 2008, 63,8% dos homens disseram ter usado camisinha na primeira relação sexual, enquanto para as mulheres o índice foi de 57,6%. Além disso, apenas 25,1% delas disseram ter usado preservativo em todas as relações sexuais nos últimos 12 meses com um parceiro fixo – para os homens, o índice foi de 36,4%.



Riscos do tabagismo

O Instituto Nacional de Câncer (INCA), no 1º Tratado Nacional de Saúde Pública (2004), alerta em alguns estudos o fato de as mulheres serem mais suscetíveis aos efeitos dos carcinógenos do tabaco do que os homens, ao demonstrarem que mesmo fumando o número igual de cigarros, o grupo feminino apresenta taxas mais elevadas de câncer de pulmão.

No Brasil, o câncer de pulmão já é a segunda causa de morte por câncer entre as mulheres. Nesse grupo, constata-se que a mortalidade causada pela enfermidade está aumentando de forma mais rápida entre o sexo do que entre os homens. Uma análise da evolução das taxas de mortalidade por este tipo de câncer, de 1979 a 1999, mostrou um crescimento de 57% entre os homens e de 122% entre as mulheres.



Doenças cardiovasculares

Além das DSTs e do câncer de pulmão, outras doenças que antes só atingiam os homens e vem acometendo as mulheres são as cardiovasculares. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2006, de cada 100 mulheres, 36 morreram vítimas de problemas no sistema circulatório. Entre as causas dessas patologias estão o fumo, o sedentarismo, o consumo de álcool e o estresse pela disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

mulher x balança

Por Edyana Mascarenhas

Beber um copo de vinagre ou suco de limão em jejum. Passar uma semana só ingerindo maçã ou fazer do ovo o único alimento durante o pequeno espaço de tempo. E mais: ficar dias a fio ingerindo sopas ralas com sabor de repolho. Pode parecer estranho, mas, para muitas mulheres, os tópicos não são novidade.

Em busca de um corpo esbelto, recorrer às “dietas rápidas” e de preferência com o mínimo de esforço são a primeira opção de quem insiste em fugir de uma reeducação alimentar. Na década de 1970, a revista Veja trazia a reportagem sobre a então novidade no mundo dos regimes, Dr. Atkins – que propunha a exclusão total de carboidratos. De lá para cá, a ciência da nutrição comprovou que radicalismos não funcionam.

Emagrecer de forma saudável, segundo a nutricionista Carolina Carvalho, implica cortar calorias, praticar exercícios físicos e aguardar os resultados – a longo prazo. “Tais dietas para emagrecer são um convite ao efeito sanfona. Na luta contra o peso, segue-se o raciocínio matemático elemental: a quantidade de calorias ingeridas por dia deve ser menor que a quantidade de calorias gastas no mesmo período”, conclui. Na prática, a estratégia significa adotar o bom senso. Simples assim.



Dieta da Lua

Parte do princípio que assim como a Lua influencia as marés, também é capaz de influenciar os líquidos do nosso corpo. Nessa dieta, a cada mudança de fase da Lua, a pessoa se limita a ingerir apenas sucos, sopas e líquidos. A promessa: emagrecer 1 kg por semana.

Veja algumas dietas populares:

Dieta do Ovo

Com a dieta, a ideia é emagrecer em semanas, utilizando o ovo como a única fonte de calorias. Contestada pelos especialistas, também é rechaçada por aqueles que são obrigados a conviver com os adeptos, afinal um dos efeitos colaterais é o excesso de flatulências.

Dieta da Sopa

Baseia-se num cardápio semanal onde o principal alimento é uma sopa a base de repolho, que pode ser consumida à vontade. A promessa é de ao longo de uma semana perder 4kg. Especialistas dizem não ser possível obter tais resultados e alertam: o cardápio proposto é excessivamente rico em sódio e pobre em proteínas.

Dieta da Maçã

Semelhante às demais dietas, parte do mesmo princípio de utilizar a fruta como única fonte de alimentação. Há aqueles que defendem que a maçã possui substâncias que aceleram o metabolismo. Também é desautorizada pelos nutricionistas por oferecer uma dieta pobre em nutrientes. E, cá entre nós: como aguentar dias a fio comendo uma maçã de manhã, de tarde e de noite?

Consulte sempre um especialista conveniado.



Literatura: 10 ideias para sua estante

Por Tiara Rubim

Em um conhecido ensaio – Aforismos para a sabedoria de vida –, o filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860) afirmou: "Por sabedoria entendo a arte de tornar a vida o mais agradável e feliz possível". Embora o pensamento tenha sido formulado em 1850, se encaixa perfeitamente nos dias atuais.

É exatamente com esse propósito que, nesta edição comemorativa do Dia Internacional da Mulher, o Sindilegis apresenta uma relação contendo 10 livros,

escritos por diversas autoras em diferentes momentos da história, para você se divertir, ficar mais feliz e bem sucedida. Não deixem de conferir!

Romances

:: Rumo ao Farol - de Virginia Woolf (1927)

:: As Meninas - Lygia Fagundes Telles (1973)

Crônicas

:: As terras ásperas – Rachel de Queiroz (1993)

:: Montanha – Russa – Martha Medeiros (2003)

Contos

:: Laços de família – Clarice Lispector (1960)

:: Estórias da Casa Velha da Ponte – Cora Coralina (2006)

Poesias

:: Viagem – Cecília Meirelles (1939)

:: O coração disparado – Adélia Prado (1978)

Literatura de Não ficção

:: Mulheres que Correm com os Lobos: Mitos e Histórias do Arquétipo da Mulher Selvagem - Clarissa Pinkola Estés (1999)

:: Múltipla Escolha - Lya Luft (2010)